

A RELAÇÃO PLANEJAMENTO URBANO E QUALIDADE DE VIDA: ANÁLISE SOBRE A CIDADE DE CAMPINAS – SP, BRASIL

Mônica Feliciano dos Reis¹
Rafael Fabrício de Oliveira²

Resumo

A rápida urbanização e acelerada modernização da maioria das cidades dos países ditos de terceiro mundo, desencadeiam problemas que hoje são causadores de grandes conflitos, esses problemas por sua vez são decorrentes de falhas no planejamento urbano e ambiental, que por sua vez são resultantes do uso indevido dos recursos naturais e deficiente distribuição das riquezas dos municípios. A qualidade de vida está diretamente relacionada com problemas como enchentes, alagamentos, precariedade no sistema de saúde, educação e transporte; ocupação desordenada, construções habitacionais irregulares, poluição dos córregos, deficiência de saneamento básico, ausência de locais públicos de lazer, poluição do ar, sonora e visual; qualidade da água potável entre outros. Campinas como um dos canais de industrialização e concentração populacional do estado de São Paulo demonstra como o planejamento pode influenciar de forma expressiva no desenvolvimento social e econômico. Sendo assim, o presente trabalho, por meio de respaldo teórico multidisciplinar, analisa a qualidade de vida relacionada à qualidade ambiental, que por sua vez está atrelada à gestão dos recursos naturais e ao planejamento urbano, usando como recorte espacial alguns bairros da cidade de Campinas-SP e demonstrando o potencial que a geografia oferece para esses estudos

Palavras chaves: planejamento urbano

¹ Universidade Estadual Paulista campus de Rio Claro - São Paulo (Brasil) Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE. Grupo de Pesquisa em Análise e Planejamento Territorial (CNPq) – GPAPT. E-mail: monica.reis@rc.unesp.br

² Universidade Estadual Paulista campus de Rio Claro - São Paulo (Brasil) Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE. Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGG. Grupo de Pesquisa em Análise e Planejamento Territorial (CNPq) – GPAPT. E-mail: rafageo@rc.unesp.br

Introdução

Nas últimas décadas, com a globalização do padrão de desenvolvimento capitalista industrial, a cultura da “descartabilidade” e do desperdício que o acompanha, intensificou a desigualdade social e a insustentabilidade no entendimento entre os seres humanos e a natureza. Sendo assim, as crises sócio-ambientais da modernidade, agravadas pelo modelo neoliberal predominante, levaram à busca de soluções para a problemática ambiental nas cidades e um mundo com menores índices de desigualdades sociais.

Na atual conjuntura fica evidente a relevância de estudos e pesquisas voltados para o planejamento especialmente o urbano que acabou tornando-se foco de legislações e programas governamentais nacionais e internacionais devido ao grande número de populações vivendo nessas áreas. Além disso, estudos de planejamento urbano no atual período histórico, tem agregado o termo ambiental que por sua vez adquiriu importância incontestável frente ao modo de vida das civilizações contemporâneas.

Nesse sentido, estudos voltados para o planejamento urbano e ambiental visando a qualidade de vida das populações mostram sua importância, principalmente com relação aos resultados sociais, estéticos, educativos, psicológicos e ecológicos. Diante deste contexto, o recorte espacial escolhido para o presente trabalho é o município de Campinas (SP) que se destaca economicamente no Estado de São Paulo e se configura como cidade de grande porte, sendo inclusive, sede da região metropolitana de Campinas composta por 19 municípios.

Contextualização do processo de urbanização

Com a rápida urbanização resultante principalmente do período pós 2ª guerra, alto desenvolvimento industrial e mecanização da agricultura, fez crescer, sobretudo, as cidades dos países periféricos que começaram a se deparar com novos problemas, tornaram-se grandes atrativos de mão de obra e oportunidades de emprego. Estes fatos atraíram um grande contingente populacional, que se locomoveu em direção as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida. Diversos estudos têm apontado que esses grandes movimentos configuram-se como um dos principais agentes desencadeadores dos problemas urbanos, que ao longo das décadas se agravaram e que

estão presentes até hoje nas grandes cidades.

Urbanização e população no Brasil pós 1950

Analisando esse aspecto, mais especificamente, no caso do Brasil, estudos indicam que foi a partir da década de 1950 especialmente com o advento da indústria nacional, que a urbanização se deu de forma mais acentuada servindo como atrativo para a numerosa migração rural que vem em busca de trabalho e melhores condições de vida. Integrante do conjunto de países ditos subdesenvolvidos, o Brasil sofreu o mesmo processo de inchaço populacional e urbanização acelerada e não planejada. De acordo com Santos (1993), a evolução da população brasileira, principalmente urbana, ocorreu significativamente nos últimos 60 anos. A taxa de urbanização que em 1940 era de apenas 26,35% atingiu em 1991, 77,13%. Ainda, no período de 1940 a 1980, a população total do país triplicou ao passo que a população urbana multiplicou-se por sete vezes (de 10.891.000 para 82.013.000 hab.).

Com a vigência do capitalismo e seu modo de vida, os países subdesenvolvidos tiveram como fruto, dentre outras conseqüências, o surgimento de cidades em número e proporções não planejados, os novos centros e cidades precisavam abrigar um número crescente de pessoas, um novo modo de vida que exigia alto consumo e um aporte de fábricas e indústrias multinacionais.

Os centros urbanos aumentaram desproporcionalmente em países como China, Índia e também na América Latina por conseqüência do aumento populacional acelerado e sem planejamento adequado que acabou por estender forçadamente o perímetro urbano. Houve aumento da periferia, ocupação irregular das encostas e aumento no número de favelas.

“No período 1950-1960, os ritmos mais fortes de crescimento urbano são os dos países subdesenvolvidos, a população urbana aumentou de 59,3 nos países subdesenvolvidos e de apenas 31% nos países desenvolvidos. Em 1960, as taxas mais elevadas de crescimento estão na América Latina e na África (respectivamente 71% e 70%), enquanto a Europa e a América do Norte só chegaram a 18% e 37%.” (SANTOS, p.20).O crescimento vegetativo tem influencias e velocidade que o planejamento urbano mesmo com a ampliação da administração e o estabelecimento de um controle sanitário adequado não conseguem alcançar. Sendo assim, como soma desses fatores tem-se a sobrecarga dos

sistemas de transporte, infra-estrutura, saúde, educação, lazer, intensificação no uso dos recursos naturais, deterioração do espaço urbano, entre outros.

Os países menos desenvolvidos se deparam com problemas como enchentes, poluição dos recursos hídricos, poluição sonora, deficiência de saneamento básico, intensificação da desigualdade social, contaminação do solo, produção excessiva de resíduos, violência, desmatamentos, invasões de terras, congestionamentos, etc. Resultando marcantes alterações que incidem sobre a paisagem, a comunidade, o estado psicológico e fisiológico dos habitantes, além de darem origem a fatores culturais, econômicos e políticos que isolada ou coletivamente, implicam ou mesmo determinam a qualidade de vida da população.

Urbanização e meio ambiente nas cidades brasileiras

A qualidade de vida dentro dos centros e grandes cidades fica fortemente comprometida uma vez que os problemas supracitados começam a fazer parte do cotidiano e da rotina dos cidadãos. Problemas esses que na maioria dos municípios permanecem a cada nova gestão pública. A deficiente distribuição das riquezas municipais vem contribuir com a demora ou com a não resolução dos problemas urbanos assim como o mau uso dos recursos naturais ou seu uso não sustentável contribuem para o empobrecimento do município.

De maneira geral, considera-se que a qualidade do meio ambiente institui fator decisivo para a obtenção de uma melhor qualidade de vida. Assim sendo, Oliveira (1983) apud Machado (1997) salienta que a qualidade ambiental está fortemente ligada à qualidade de vida, pois vida e meio ambiente são intrínsecos, o que não significa que o meio ambiente determina as várias formas e atividades de vida ou que a vida determina o meio ambiente, na verdade existe uma interação e um equilíbrio entre ambos que varia na escala de tempo e lugar. Para Machado (1997), os padrões de qualidade ambiental podem variar entre a cidade e o campo, entre cidades de diferentes países ou do mesmo país, assim como entre áreas de uma mesma cidade. Segundo a autora, a qualidade do meio ambiente esta sujeita a processos nacionais, em nível urbano e rural e de políticas adotadas em todas as esferas: federal, estadual, municipal, pública ou privada.

Dubus (1971) apud Machado (1997) destaca que a dificuldade de se definir o que se entende por qualidade ambiental “reside no fato de que qualidade envolve gostos,

preferências, percepções, valores, o que torna difícil de se chegar a um consenso”. Ou seja, são fatores abstratos subjetivos e que estão ligados ao padrão cultural, social e econômico de cada sociedade ou comunidade, assim sendo não é possível discutir a qualidade de determinado ambiente sem que se analisem os valores sociais próprios daquela população.

Raízes da urbanização de São Paulo

A urbanização é tema corrente de inúmeras publicações e quase sempre o caso tomado como exemplo, para cidades de grande porte no Brasil, é a cidade de São Paulo, que teve um desenvolvimento econômico particularmente significativo. Traduzindo o processo de forte industrialização do Sudoeste do Brasil “o crescimento de São Paulo acha-se diretamente relacionado à imigração européia e calcada na economia cafeeira.

A expansão da cafeicultura para o interior de São Paulo acarretou a necessidade de implantação de ferrovias. A rede ferroviária drenou para a Capital os benefícios da economia cafeeira, acelerando o processo de urbanização.” (Lombardo, 1985 p. 68). É possível afirmar que a década de 40 ficou marcada por um processo de hipertrofia da área metropolitana, com expansão horizontal e vertical. É nítido o ritmo extraordinário de crescimento da cidade após 1950 principalmente por consequência do processo de metropolização pelo crescimento industrial e aumento do setor de serviços.

A mancha urbana se estendeu por outras áreas suburbanas e incorporou os municípios de Santo André, São Bernardo, Santo Amaro, São Caetano do Sul e Osasco, fazendo eclodir as primeiras conurbações. As rodovias e ferrovias foram fundamentais para contribuir com a penetração e expansão da densa urbanização paulistana no sentido da região serrana e no interior do estado. A saturação de indústrias na capital paulista, alto impostos, especulação imobiliária, exigências ambientais e incentivos oferecidos pelos municípios do interior colaboraram com essa expansão que em contrapartida financiou o desenvolvimento de municípios como São José dos Campos, Sorocaba e Campinas.

O contexto e o caso de Campinas

Nesse contexto a região e mais especificamente o município de Campinas se destacaram. O município que tem como principais vias de acesso as Rodovias Dom Pedro

I, Anhanguera e Bandeirantes teve um forte desenvolvimento industrial a partir da década de 1930 desencadeado principalmente pela crise econômica cafeeira. A década de 1960 foi marcada pela reestruturação produtiva e o município passou a receber o excedente, tanto populacional quanto industrial, da capital. Hogan et al. (2001) destacam que:

“Entre 1970 e 1990, Campinas tornou-se um dos mais dinâmicos pólos da expansão industrial do Estado de São Paulo. Em termos populacionais, Campinas superou as taxas de crescimento estadual e nacional. Seu crescimento industrial foi elevado na década de 70 e, com um intenso processo de modernização agrícola, a região se tornou importante pólo industrial” (HOGAN et al., 2001, p. 401.)

Segue abaixo duas tabelas com o intuito de ilustrar o movimento populacional de Campinas. A tabela 1 explicita o crescimento populacional do município de Campinas no recorte temporal de 1960 a 2000 e a tabela 2 mostra percentualmente números da população urbana no Brasil, no estado de São Paulo e em Campinas no mesmo período.

Tabela 1 – População de Campinas 1960 - 2000

Anos →	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Campinas	219.303	375.864	664.559	847.595	908.906	967.921
Urbano	183.684	333.981	591.557	824.924	872.652	951.824
Rural	35.619	41.883	73.002	22.671	36.254	16.097

Fonte: Hogan et al., 2001

Tabela 2 – População urbana: Brasil, Estado de São Paulo e Campinas 1960 – 2000

Anos →	1960	1970	1980	1991	2000
Brasil	45%	56%	67%	76%	81%
São Paulo	63%	80%	89%	93%	93%
Campinas	84%	90%	90%	97%	98%

Fonte: Hogan et al., 2001

De acordo com os números apresentados fica evidente o crescimento populacional e urbano de Campinas evidenciando seu destaque no estado e no Brasil. A região de Campinas tornou-se durante os anos 1970 e 80 um dos principais eixos de desenvolvimento do estado de São Paulo, com grande dinamismo populacional, mudanças nos padrões estruturais, sociais e de consumo.

Figura 1: Panorâmica da cidade de Campinas em 1953

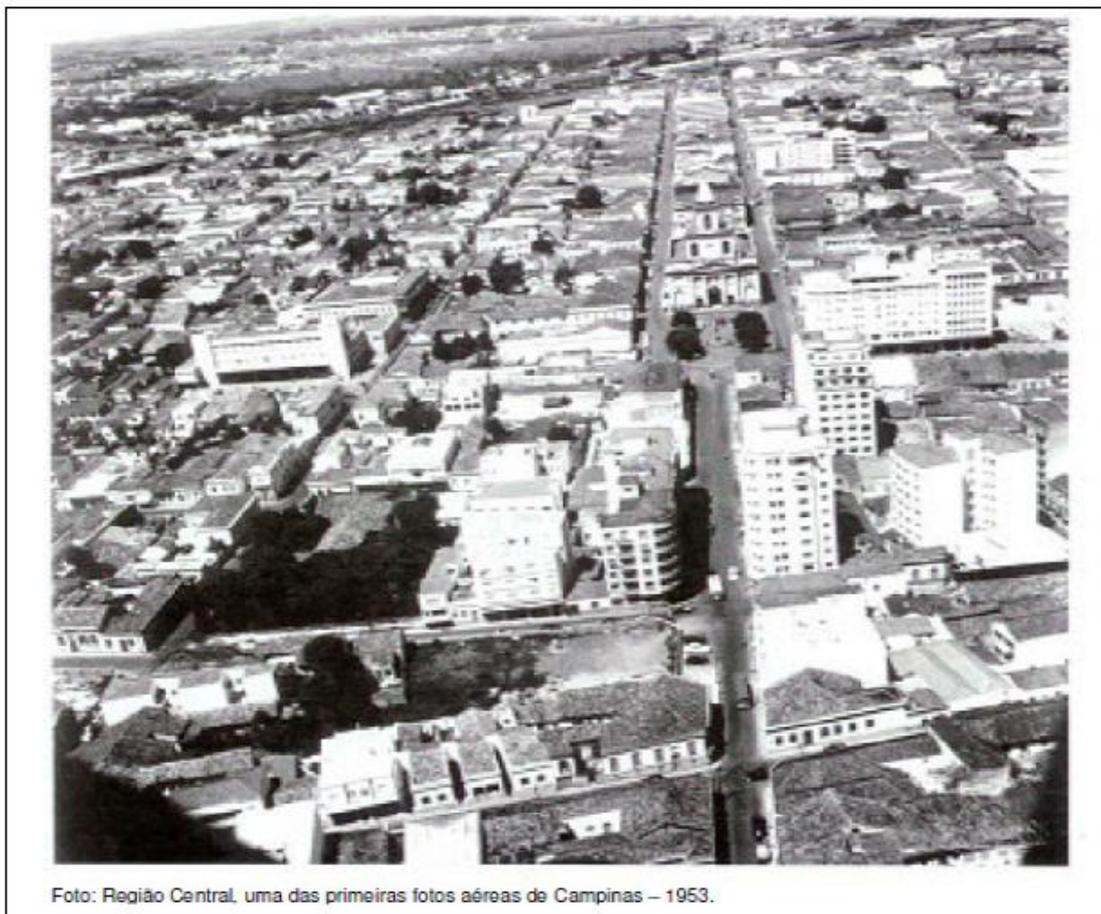


Imagem da região central de Campinas na década de 50. A paisagem evidencia o processo de verticalização na área, provocado pelo crescimento urbano e industrial. Fenômeno verificado em diversas cidades do estado de São Paulo ao longo da segunda metade do século XX. (Campinas, 2006, p. 30).

Contando com um rápido crescimento urbano o município alcançou destaque econômico no estado sendo sede de grandes multinacionais, fábricas e indústrias nacionais, criando um pólo de tecnologia e se destacando na área de pesquisa e desenvolvimento (P e D) de produtos com a sede da Unicamp. Assim como a capital do estado, Campinas se deparou com problemas resultantes da falta de planejamento adequado.

“Século XX, primeiras décadas. O século se abre com o trânsito despontando como um problema urbano. As estreitas ruas da cidade eram partilhadas por bicicletas, carroceiros, cavalos, condutores de veículos de praça, gente a pé, bondes movidos a burro e alguns outros à base de tração elétrica. (Plano Diretor, 2006, p.28).

Figura 2: Imagem aérea da cidade de Campinas em 1970



Entre 1950 e 1970, o crescimento urbano e industrial de Campinas pode ser explicado por um amplo conjunto de processos, sobretudo ao fenômeno de

desconcentração produtiva da capital paulista para o interior, assim também atraindo migrantes e engolindo algumas adjacentes. (Campinas, 2006, p. 33).

As figuras 1 e 2 indicam o resultado conseqüente da forte migração e adensamento industrial desenfreados que contribuíram para que Campinas se transformasse numa grande cidade. A exemplo da capital, a mancha urbana de Campinas se expandiu e cada vez mais em direção ao interior. Cidades vizinhas foram incorporadas e as ligações com grandes rodovias favoreceu a vinda cada vez mais intensa de empresas e pessoas para a região. Em 2000 foi instituída a Região Metropolitana de Campinas (RMC), composta por 19 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Fig. 3: Panorâmica da cidade de campinas, 2000

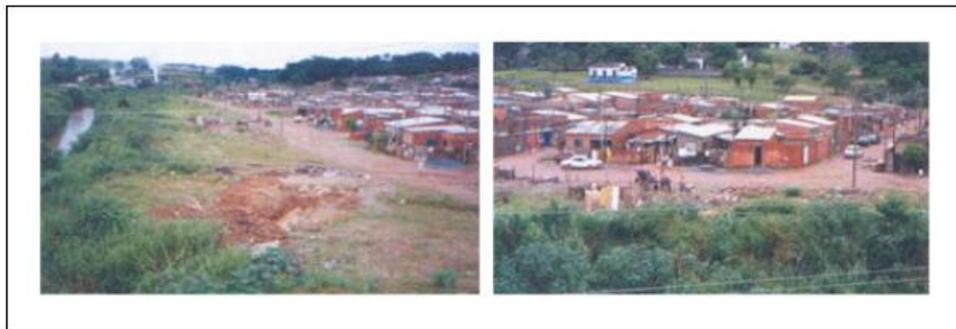


No detalhe, a cidade de Campinas, interior de São Paulo. Com população de aproximadamente 1.100.000 habitantes. Imagem obtida livremente no site de busca Google Imagens, 2011.

A instituição da metrópole campineira oficializou a dinâmica já há muito existente entre Campinas e as cidades vizinhas. A gestão pública municipal desde o início não contou com um planejamento urbano adequado e se deparou com problemas de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto, forte verticalização principalmente na área central, proliferação de favelas e invasões, construções e bairros clandestinos, ocupação das áreas de mananciais da cidade, grande número de carros, ônibus e construções pela cidade que contribuíram com a transformação do município e

com a deterioração da qualidade de vida da população. Outro ponto importante a ser abordado é a saúde pública municipal, que se torna ineficiente em decorrência do grande número de pessoas que passam a utilizar os hospitais e clínicas de Campinas. Mesmo possuindo o hospital das clínicas da UNICAMP e o hospital da PUCC, a população não tem o atendimento necessário e adequado à suas necessidades. Um número muito grande de pessoas migra todos os dias das cidades do entorno em busca de tratamento e atendimento em Campinas. Outros setores da cidade também sofrem com a super lotação como o lazer na metrópole campineira que é atrativo para a população das cidades vizinhas que lotam os shoppings da cidade a cada final de semana onde são registrados fluxos constantes e intensos vindos das rodovias que margeiam o município. A Unicamp é configurada como um forte ponto de atração para estudantes e pesquisadores que também passam a somar na população local. Somando esses fatores o município tem graves problemas para administrar a cidade que conta com dinamismo forte e intenso.

Figura 3: Favelas na periferia de Campinas-SP



Em Campinas, Fonte: <http://blog-br.com/base3/page3/&thisy=&thism=&thisd=>. Acesso em março de 2008. Atualmente vivem em favelas aproximadamente de 8 a 10% da população de Campinas, conforme os estudos de Hogan et al., 2001.

“A falta de coleta de esgoto e as inundações tem seu maior impacto nas 103 favelas e áreas de invasão de Campinas. As primeiras tendem a ser ocupações mais espontâneas de terras marginalizadas (áreas de inundações ou áreas de declividade acentuada, impróprias pra construção), enquanto que as segunda são resultantes de ações planejadas por movimentos sociais de pessoas sem-teto. As áreas de invasão seguem uma seqüência de desenvolvimento caracterizada pela implementação de uma infra-estrutura precária, reconhecimento pelas autoridades municipais e incorporação pela rede urbana

como um novo bairro. Elas diferem das favelas no aspecto importante de sua localização geográfica, escolhendo áreas não caracterizadas como áreas de inundação ou sujeitas a deslizamentos, mais facilmente encontradas nas áreas periféricas do município.”(Hogan et al. 2001, p. 404). Na tabela 3 a seguir, uma amostra da população campineira que passou a viver em favela, destacando o período de 1980 a 1996. É interessante notar como o processo de favelização se destaca como uma das mais sérias conseqüências do processo da rápida expansão urbana.

Tabela 3 – População vivendo em favelas Campinas 1980 - 2000

Anos →	1980	1991	1996
Campinas	36.155	63.549	88.093

Fonte: Hogan et al., 2001

Considerações finais

Como um dos canais de industrialização e concentração populacional do estado de São Paulo, Campinas demonstra como o planejamento urbano pode influenciar de forma expressiva o desenvolvimento social e econômico da cidade. Sendo assim, o presente trabalho, buscou por meio de respaldo teórico multidisciplinar, analisar a qualidade de vida urbana que está intrinsecamente relacionada à qualidade ambiental e a gestão dos recursos naturais.

Os autores entendem que analisar o planejamento urbano é uma tarefa complexa que exige estudo integrado das condições sociais, econômicas e naturais de cada cidade, crêem que a análise geográfica pode contribuir com a temática, no entanto é necessário incentivar as pesquisas relacionadas ao ambiente urbano como estudos de variação da temperatura, ilhas de calor, arborização e áreas verdes, uso e ocupação do solo, poluição atmosférica, resíduos, impermeabilização, densidade populacional, alteração no ciclo hídrico, entre outros.

Também acreditam que planejar o ambiente urbano configura papel fundamental na melhoria da qualidade de vida das populações, uma vez que um ambiente saudável, arborizado, esteticamente bonito, com baixos níveis de poluição atmosférica, visual e sonora, pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos, além de outros benefícios.

Desta forma, discutir o planejamento urbano funda objeto de grande relevância uma vez que o termo ambiental encontra-se cada vez mais atrelado a ele e ganha cada vez mais importância no atual período histórico. A temática ambiental depara-se com forte aumento demográfico e uma sociedade de consumo exacerbado, onde a degradação ambiental ganha escopo como uma das mais graves conseqüências do atual sistema econômico mundial.

Referencias bibliográficas

CAMPINAS, Plano Diretor do município de Campinas. Câmara Municipal de Campinas. Campinas, 2006.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. Qualidade de vida e meio urbano: a cidade de São Paulo, Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 2, Apr. 1991. Disponível em <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489101991000200001&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 03 Mar. 2011.

HOGAN, D. J. et al. Urbanização e vulnerabilidade sócio-ambiental: o caso de Campinas. In: Hogan, D. J. **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001.

LOMBARDO, M. A. **Ilha de Calor nas Metrôpoles: o exemplo de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1985. 244p.

MACHADO, L. M. C. P. **Qualidade Ambiental: indicadores quantitativos e perceptivos**. In: MARTOS, H. L. e MAIA, N. B. Indicadores Ambientais. Sorocaba: Bandeirante Ind. Gráfica S.A, 1997.

SANTOS, M. **A Urbanização brasileira**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1993. 155p.

SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1981. 214p.